

Construção do ramal, uma polêmica

FLÁVIO NERY

Um pequeno ramal ferroviário, de apenas quatro quilômetros de extensão, em Santo Antônio do Pinhal, estância climática vizinha de Campos do Jordão, está trazendo muita polêmica.

O ramal é uma iniciativa da prefeitura e da Estrada de Ferro Campos do Jordão, que conta com a ajuda do Departamento de Estradas de Rodagem. A idéia é colocar uma maria-fumaça no alto da Serra da Mantiqueira, percorrendo quatro quilômetros de trilhos de bitola estreita, para atrair os milhares de turistas que todos os fins de semana invadem a vizinha Campos do Jordão e gostam de passear nas litorinas eletrificadas da EFCJ.

Mas um fazendeiro, que teve suas terras desapropriadas, Moacir Moreira Magalhães, está tentando impedir a construção do ramal que ligaria a Estação Eugênio de Lefrève, dentro do município, até o centro da cidade, sob o argumento de que o ramal escolhido pelo prefeito José Geraldo Martins "é absurdo" e consumirá, só em desapropriações, uma

verdadeira fortuna. Por isso, Magalhães impetrou mandado de segurança contra a imissão de posse outorgada pelo juiz da Comarca à prefeitura. A liminar foi concedida.

OUTRO TRAÇADO

O fazendeiro — que conseguiu atrair para si a ira da maior parte dos moradores que acha que ele é "contra o progresso" da cidade — acredita que o traçado ideal do leito ferroviário seria correr paralelamente à SP-46, estrada que sai da SP-123 (Taubaté—Campos do Jordão), passa pelo centro urbano de Santo Antônio do Pinhal e vai até a SP-50 (São José dos Campos—Campos do Jordão). Esse traçado, segundo Magalhães, evitaria elevadas desapropriações, serviços de terraplenagem, cercas, mourões e outras despesas.

"Mas, em vez disso, colocaram a ferrovia em um terreno de declive acentuado, do outro lado do ribeirão da Prata, cujo traçado sinuoso é acompanhado pelo leito da SP-46. Isso vai resultar em uma área encravada (onde não se pode edificar) de mais de 100 metros". Segundo Magalhães, a prefeitura, mantendo a ferrovia do outro lado do ribeirão, não

está desapropriando apenas uma faixa de dez metros, como seus técnicos supõem, mas de mais de cem metros, que é a área *non aedificandi*.

O prefeito Martins defende-se dizendo que, das nove chácaras e sítios por onde os trilhos passarão, seis proprietários concordaram em doar a faixa do leito ferroviário. Dois preferiram ser ressarcidos, obrigando a prefeitura a efetuar desapropriações, "e somente um resolveu ingressar na Justiça, paralisando as obras", desabafa o chefe de gabinete da prefeitura, Luís Orlando Murgel.

Enquanto a discussão se concentra sobre os preços das desapropriações, o perito judicial Afonso Celso Ribeiro Auricchio constatou que a máquina de esteira enviada ao local pelo DER vedou alguns cursos vertentes de água, que abastecem a população urbana de Santo Antônio do Pinhal, promoveu cortes de encostas de forma irracional, dizimou a mata espessa, e riquíssima em araucárias centenárias, que cobre a serra da Mantiqueira, transformada pelo governo do Estado em APA — Área de Proteção Ambiental.

Vale do Paraíba/Agência Estado